



**FUNDO ROTATIVO SOLIDÁRIO DO
FÓRUM DA ECONOMIA DO NEGRO: UMA
EXPERIÊNCIA DE FINANÇAS SOLIDÁRIAS
COM RECORTE RACIAL EM FORTALEZA,
CEARÁ**

**Solidary Rotating Fund of the Negro Economics
Forum: An Experience with Clipping Racial Solidarity
Finance in Fortaleza, Ceará**

**Fondo Rotativo Solidario del Foro de la Economía del
Negro: Una Experiencia de Finanzas Solidarias con
Recorte Racial en Fortaleza, Ceará**

Clarício dos Santos Filho (PAPPS/BNB)*

Rosana Marques (COPPIR)**

Victoria Régia Arrais de Paiva(BNB)***

William Augusto Pereira(Fórum da Economia do Negro de Fortaleza)****

*Economista com Mestrado em Sociologia pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Atualmente, é Coordenador do Programa de Apoio a Projetos Produtivos Solidários (PAPPS), no ETENE - Escritório Técnico de Estudos e Pesquisas Econômicas do Nordeste/Banco do Nordeste do Brasil (BNB).

Endereço: Banco do Nordeste do Brasil S/A, Escritório Técnico de Estudos Econômicos do Nordeste – ETENE, Ambiente de Fundos Científicos, Tecnológicos e de Desenvolvimento. Av. Pedro Ramalho, 5700, Passaré, CEP: 60743-902, Fortaleza/CE.

Email: claricios@hotmail.com

**Graduada em Gestão Pública pela Universidade de Fortaleza (UNIFOR) e em Administração Pública, pela Universidade do Sul de Santa Catarina (UNISUL). Atualmente, é assessora técnica da Coordenação de Promoção da Igualdade Racial (COPPIR), vinculada à Secretaria de Direitos Humanos da Prefeitura Municipal de Fortaleza.

Endereço: Banco do Nordeste do Brasil S/A, Escritório Técnico de Estudos Econômicos do Nordeste – ETENE, Ambiente de Fundos Científicos, Tecnológicos e de Desenvolvimento. Av. Pedro Ramalho, 5700, Passaré, CEP: 60743-902, Fortaleza/CE.

Email: adm.marquesrosana@gmail.com

***Mestrado em Sociologia pela Universidade Federal do Ceará (UFC), Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Ceará (PPGS).

Endereço: Banco do Nordeste do Brasil S/A, Escritório Técnico de Estudos Econômicos do Nordeste – ETENE, Ambiente de Fundos Científicos, Tecnológicos e de Desenvolvimento.

Av. Pedro Ramalho, 5700, Passaré, CEP: 60743-902, Fortaleza/CE.

Email: victoriaregia13@yahoo.com.br

****Especialista em Planejamento Educacional pela Universidade Estadual do Vale do Acaraú (UVA). Coordenador do Fórum da Economia do Negro de Fortaleza e membro do Maracatu Nação Iracema, de Fortaleza.

Endereço: Banco do Nordeste do Brasil S/A, Escritório Técnico de Estudos Econômicos do Nordeste – ETENE, Ambiente de Fundos Científicos, Tecnológicos e de Desenvolvimento. Av. Pedro Ramalho, 5700, Passaré, CEP: 60743-902, Fortaleza/CE.

Email: williamnacao@gmail.com

Resumo

A finalidade deste artigo é sistematizar, à luz da análise situacional, a trajetória do Fundo Rotativo Solidário (FRS) do Fórum da Economia do Negro, que apoia 13 empreendimentos econômicos solidários de afrodescendentes no Município de Fortaleza, no Ceará. Trata-se de uma experiência de gestão social de economia solidária com base em recorte étnico-racial, fomentada pela integração de três instrumentos de políticas públicas: política de crédito, promoção da economia solidária e da igualdade racial. O financiamento é do Programa de Apoio a Projetos Produtivos Solidários, implementado com recursos do Banco do Nordeste do Brasil e da Secretaria Nacional de Economia Solidária (Senaes). No campo das finanças solidárias, o FRS é uma metodologia de apoio financeiro às atividades produtivas de caráter associativo, mediante compromisso devolutivo voluntário, com formas flexíveis de retorno monetário ou de equivalência por produtos ou serviços, dirigidas para o atendimento a empreendimentos (grupos produtivos, associações, cooperativas), nos territórios de ação integrada de economia solidária, que adotem princípios de gestão compartilhada e convivência solidária. O Fórum da Economia do Negro é resultado de uma articulação de interesses da sociedade civil organizada e gestão pública. Os dados preliminares apontam que, embora a gestão social dos recursos seja ainda incipiente, o Fundo Rotativo vem contribuindo para o fortalecimento institucional do Fórum da Economia do Negro e seus empreendimentos associados, especificamente no aprendizado da autogestão e nos processos de organização da produção e da comercialização, além da integração das políticas de economia solidária, promoção da igualdade racial e democracia econômica.

Palavras-Chave

Finanças Solidárias. Fundo Rotativo Solidário Economia do Negro.

Abstract

The purpose of this paper is to systematize, based on situational analysis, the trajectory of Solidarity Rotating Fund (FRS) of the Negro Economics Forum, which supports 13 projects Economics solidarity of afrodescendants in the city of Fortaleza, Ceará. It is an experience of managing social solidarity economy based on racial ethnic clipping, fostered by the integration of three policy instruments: credit policy, promotion of Economics solidarity and racial equality. Funding Support Program is a Productive Projects Solidarity, implemented with funds from the Banco do Nordeste do Brasil (BNB) and National Secretary of the Solidarity Economy (Senaes). In the field of solidarity finance, FRS is a methodology for financial support to productive activities of associative character, by remanding volunteer commitment with flexible forms of monetary return or equivalent in goods or services targeted to meet the enterprise (production groups, associations, cooperatives) in the territories of integrated action of solidarity economy, adopt management principles shared solidarity and coexistence. The Forum for the Economy of the Negro is the result of a joint interests of organized civil society and municipal public administration, in an integrated and participatory, with fundamental principles of cooperation and solidarity. Preliminary data indicate that, although the management of social resources is still in its infancy, the Revolving Fund has contributed to the institutional strengthening of the Negro Economics Forum of and his associated enterprises, specifically on learning of self-management and organization of production processes and marketing, and the integration of policies of Economics solidarity, promote racial equality and economic democracy.

Keywords

Solidarity Finance. Rotating Fund Solidarity Economics Negro.

Resumen

La finalidad de este artículo es sistematizar la trayectoria del Fondo Rotativo Solidario (FRS) del Foro de la Economía del Negro, que apoya 13 emprendimientos económicos solidarios de afro-descendientes en el Municipio de Fortaleza, en el Ceará. Se trata de una experiencia de gestión social de economía solidaria con base en un recorte étnico-racial, fomentado por la integración de tres instrumentos de políticas públicas: política de crédito, promoción de la economía solidaria y de la igualdad racial. La financiación del Programa de Apoyo a Proyectos Productivos Solidarios, implementado con recursos del Banco del Nordeste de Brasil y de la Secretaria Nacional de Economía Solidaria (Senaes). En el campo de las finanzas solidarias, el FRS es una metodología de apoyo financiero a las actividades productivas de carácter asociativo, mediante un compromiso devolutivo voluntario, con formas flexibles de retorno monetario o de equivalencia por productos o servicios, dirigidos para el atendimento de emprendimientos (grupos productivos, asociaciones, cooperativas) en los territorios de acción integrada de economía solidaria, que adopten principios de gestión compartida y convivencia solidaria. El Foro de la Economía del Negro es resultado de una articulación de intereses de la sociedad civil organizada y gestión pública municipal, de forma integrada y participativa, con principios fundantes de cooperación y solidaridad. Los datos preliminares señalan que, a pensar de la gestión social de los recursos sea aún incipiente, el Fondo Rotativo viene contribuyendo para el fortalecimiento institucional del Foro de la Economía del Negro y sus emprendimientos asociados, específicamente en el aprendizaje de la autogestión y en los procesos de organización de la producción y de la comercialización, más allá de la integración de las políticas de economía solidaria y promoción de la igualdad racial.

Palabras Clave

Finanzas Solidarias. Fondo Rotativo

Solidario, Economía del Negro.

Introdução

O movimento social da economia solidária emerge no Brasil, nos anos 90, com um sentido propositivo no campo da geração de trabalho e renda, conjugando, simultaneamente, a perspectiva da capacidade de empreender e a do trabalho associado. O que distingue a economia solidária é a posse e uso dos meios de produção e distribuição que são socializados por meio de práticas de gestão democrática dos empreendimentos, formando redes de empreendimentos e repartição dos custos e resultados entre seus associados.

Para Paul Singer, Secretário Nacional da Economia Solidária no Brasil, a economia solidária é

um modo de produção e distribuição alternativo ao capitalismo, criado e recriado pelos que se encontram (ou temem ficar) marginalizados do mercado de trabalho. Reúne o princípio da unidade entre posse e uso dos meios de produção e distribuição com o princípio da socialização destes meios. (SINGER, 2003, p. 13).

Nesta perspectiva, em Fortaleza, capital do Estado do Ceará, iniciou-se a construção do Fórum da Economia do Negro, em novembro de 2009. Este espaço reúne empreendedores afrodescendentes, pretos e pardos, entidades de apoio e fomento à economia solidária, e organizações governamentais e não-governamentais. Atualmente, conta com a participação de cerca de 170 pessoas, que se reúnem mensalmente. O Fórum constitui-se num espaço institucional de articulação de interesses da sociedade civil e do Estado com ênfase na população afrodescendente, pretos e pardos, buscando uma ação integrada entre a gestão pública municipal e a sociedade civil organizada, tendo como princípios fundantes: a valorização da identidade afrobrasileira e afrocearense, com

a formação e integração de redes produtivas com recorte racial, baseadas na cooperação, solidariedade e gestão democrática.

Diante da necessidade de financiamento dos empreendimentos, iniciou-se, em 2010, a constituição do Fundo Rotativo Solidário (FRS) do Fórum da Economia do Negro: uma fonte de recursos que apoia diretamente 13 (treze) grupos produtivos solidários nos segmentos de cultura, comunicação, artesanato, beleza negra e reciclagem, envolvendo 100 (cem) empreendedores da população negra de Fortaleza. O FRS consiste no recurso utilizado pelos grupos, de forma que haja um retorno para alimentar uma conta de poupança coletiva, de onde sairão novos recursos para os grupos participantes e outros grupos de empreendedores que se dispõem a participar, aceitando as regras do FRS.

Ressalta-se que, no campo das finanças solidárias¹, o fundo rotativo é uma das modalidades de financiamento da economia solidária. O FRS é uma metodologia de apoio financeiro às atividades produtivas de caráter associativo, mediante compromissos devolutivos voluntários, gerenciado por um Comitê Gestor, considerando formas flexíveis de retorno monetário ou de equivalência por produtos ou serviços, dirigidas para atender aos empreendimentos (grupos produtivos, associações, cooperativas), nos territórios de ação integrada de economia solidária, que adotem princípios de gestão compartilhada e convivência solidária (BNB/ETENE, 2008).

Os recursos financeiros iniciais foram aportados pelo Banco do Nordeste do Brasil (BNB²) pela Secretaria Nacional de Economia Solidária (Senaes³), ambos vinculados ao Governo Federal, contando, ainda, com apoio da Coordenadoria da Política de Promoção da Igualdade Racial (Coppir⁴), órgão da Secretaria de Direitos Humanos (SDH) da Prefeitura Municipal de Fortaleza. Para fazer a gestão social dos recursos, foi criado um Comitê Gestor formado por representantes dos 13 grupos produtivos solidários envolvidos, juntamente com o BNB,

a Coppir e entidades de apoio, a saber: Pastoral Afro e as ONGs Terra da Luz e Qualifica, ambas sediadas nesse município.

O diferencial deste Fundo Rotativo Solidário é a marca da organização coletiva dos afrodescendentes na forma de autogestão de empreendimentos produtivos solidários dos bairros de Fortaleza, objetivando a valorização do negro que busca “empreender” coletivamente em uma rede produtiva construída com recorte racial. Por outro lado, trata-se de constituir uma articulação entre a gestão pública municipal e a sociedade civil organizada, visando participação desta população como protagonista do desenvolvimento nos territórios onde seus empreendimentos estão sediados.

Os dados preliminares recolhidos em entrevistas semiestruturadas, análise documental e observação participante demonstram a relevância da integração das políticas públicas voltadas ao crédito, à economia solidária e à igualdade racial, para o fortalecimento institucional da Economia do Negro. Ou seja, a partir de uma pedagogia de autogestão, emancipação e organização comunitária, visa-se produzir, distribuir e comercializar de maneira justa e solidária, de modo que as pessoas possam conseguir melhorar seus rendimentos e sua qualidade de vida. Assim, o artigo traz à tona a consequente questão: quais as implicações de uma nova postura de gestão compartilhada do desenvolvimento, a qual reconhece o recorte étnico-racial como elemento estruturante de modelo de desenvolvimento equânime, igualitário e solidário, portanto, sem preconceitos raciais, no município de Fortaleza?

Em suma, tomando como base a análise situacional (VAN VELSEN, 2010), essa experiência aponta que, para efetivação das políticas públicas voltadas para a melhoria de renda e da qualidade de vida das populações excluídas, deve-se levar em consideração os diferenciais demográficos, em especial, o recorte étnico-racial. Concretamente, entre as questões que emergem dessa experiência (ainda em andamento), e que este artigo traz para

o debate, ressaltamos as contradições, obstáculos e potencialidades para uma ação política de fomento público do desenvolvimento econômico e social (ROCHA, 2003, p.19)⁵, fundamentada nos princípios das redes de socioeconomia solidária, baseadas no recorte étnico-racial de afrodescendentes pretos e pardos.

Nas seções seguintes, sistematizamos os principais avanços desta pesquisa.

1. A economia e as finanças solidárias nas políticas públicas

No quadro das profundas transformações ocorridas no mundo do trabalho, a Economia Solidária tem levado pessoas e comunidades a criarem espaços de produção e comercialização, e a exercitarem a solidariedade, a democracia e a autonomia. Tem como desafio a construção de uma nova forma de organizar a produção, a distribuição e o consumo de bens socialmente produzidos, demonstrando à sociedade que existem outras possibilidades que rompem com a lógica do mercado e da competição (BERTUCCI, 2003).

Tradicionalmente, as políticas de crédito foram formadas pela racionalidade microeconômica empresarial, voltada ao bom desempenho na geração de receitas do empreendimento visto individualmente e à maximização da confiança entre aquele que tomava e o que ofertava os recursos financeiros. Essas tecnologias visavam minimizar os efeitos negativos da informação imperfeita sobre as condições econômicas dos empreendimentos e a conduta moral e ética dos gestores, isto é, o risco moral (*moral hazard*) de postulantes ao crédito (STIGLITZ; WEISS, 1981). Como alternativa ao *moral hazard* ou pela necessidade de ampliar a base social do crédito e mitigar a pobreza, emergem, nos anos 1990, as tecnologias baseadas na gestão social⁶ do crédito, cujas relações de proximidade existentes nas comunidades, o associativismo e a cooperação entre atores locais

são mobilizados para auferir o grau de confiança moral e econômica do pleiteante do crédito (ABRAMOVAY, 2003; FRANÇA FILHO, 2003).

Esta abordagem incorpora uma visão territorial do financiamento do desenvolvimento, buscando alinhar a alocação dos recursos com os elementos estruturadores do crédito, na perspectiva de que a dinâmica de interação social entre os atores sociais possam reduzir o risco moral e a informação imperfeita. Por outro lado, a articulação político-institucional inserida nas redes possibilita o acesso aos mercados de bens, produtos e serviços, enquanto construções sociais. Além disso, tais processos interativos valorizam as formas de coordenação e governança territoriais, que podem ser uma associação ou cooperativa de agricultores familiares, ou uma ONG, ou agência de desenvolvimento local. Contemporaneamente, está sendo delineado um desenho mais voltado à “democracia econômica” (DOWBOR, 2008), adaptado ao perfil das atividades produtivas de pequeno porte. Tem-se observado que, lentamente, os movimentos sociais acumularam experiências, conhecimentos e força política para influenciar na formulação de políticas públicas de crédito; ou seja, no sentido da construção de programas e políticas adequados a uma economia pensada como “cuidado com a casa”, com as pessoas mais pobres, assentada no trabalho e na solidariedade.

No tocante ao campo das finanças solidárias, afirma-se a sua constituição a partir de um intenso debate pautado por uma diversidade de agentes integrantes da economia solidária – trabalhadores, gestores de políticas públicas e de entidades de apoio e fomento⁷. A partir da troca de experiências, consensuou-se a denominação de “finanças solidárias” para designar a estruturação de um “campo” (BOURDIEU, 1999) que passou a aglutinar as experiências de Fundos Rotativos Solidários, Cooperativas de Crédito Solidário e Bancos Comunitários, como algo distinto dos conceitos por demais abrangentes de *microcrédito* e/ou de *microfinança*.

Na I Conferência Temática de Finanças

Solidárias⁸, pôde-se observar que o aludido campo passa por intensas modificações com vistas à sua consolidação e visibilidade pública, assim como ocorre com os demais segmentos que compõem a economia solidária no Brasil. Em se tratando das relações entre indivíduos e instituições públicas e privadas, é possível perceber uma tentativa de síntese entre ações de caráter “reivindicatório” e “propositivo”, principalmente quando entra em cena a captação de recursos para apoio e fomento ao setor (PAIVA, 2006).

2. Fórum da Economia do Negro: breve linha do tempo

2.1. Contexto e antecedentes

Em 2008, a Coordenadoria de Política de Promoção da Igualdade Racial passou a organizar reuniões e debates semanais chamadas de “Café Comunitário Coppir”, em que eram pautados assuntos de interesse do movimento negro, com apresentação de estudos, pesquisas, oportunidades de negócios e agenda de eventos na cidade. A rigor, essas reuniões foram um embrião do que depois veio a se constituir como o Fórum da Economia do Negro.

Diante do quadro de exclusão social, um dos maiores desafios para as políticas públicas em Fortaleza se constituía em criar alternativas de geração de trabalho e renda, aumentando as chances de inserção socioproductiva da população negra. Ainda em 2009, em consonância com o Programa Brasil Sem Fome, a Secretaria de Desenvolvimento Humano (SDH), por meio da Coppir, realizou diagnósticos e planejou ações com objetivo de construir uma nova realidade de inclusão da população negra. Esta ação contou com a parceria do Movimento Negro e de entidades da sociedade civil organizada.

Em novembro de 2009, a Coppir organizou o *I Seminário da Economia do Negro*, em Fortaleza, que reuniu cerca de 80 pessoas, a maioria afrodescendente, entre pesquisadores acadêmicos, lideranças e militantes do movimento

negro, quilombolas e outros movimentos sociais e culturais, representantes de religiões africanas, microempresários e profissionais liberais negros, gestores e técnicos dos governos federal, estadual e municipal. No evento, foram discutidos os contextos econômicos e políticos da participação, inclusão e exclusão do negro na economia, focando o mercado de trabalho e o perfil do acesso à educação, renda, crédito, novas tecnologias etc. A maioria dos trabalhos apresentou a subalternidade e a negatividade dos lugares ocupados pelos afrodescendentes na produção e distribuição dos benefícios do desenvolvimento.

No Nordeste, a questão étnico-racial no campo do desenvolvimento econômico é marcada pela profunda desigualdade de acesso aos bens e serviços à população negra (incluindo pretos e pardos), embora esta seja a maioria da população. Segundo dados do IBGE/PNAD, a população negra e indígena residente em Fortaleza e Região Metropolitana é de 67 %, e o restante, 33 % é (ou se define como) branco.

Tabela 01 - População: distribuição percentual por cor ou raça (%) – 2009

Cor ou Raça	Fortaleza e Região Metropolitana	Ceará	Nordeste	Brasil
Pretos	3,0	2,7	8,1	6,9
Pardos	63,8	66,1	62,7	44,2
População Negra (pretos + pardos)	66,8	68,8	70,8	51,1
Amarelos ou Indígena	0,2	0,2	0,3	0,7
Não Brancos	67,0	69,0	71,1	51,8
Branco	33,0	31,0	28,8	48,2

Fonte: IBGE/PNAD(2009)

Embora o desempenho recente da economia cearense venha sendo expressivo, o mesmo não acontece em se tratando de desconcentração de renda, principalmente vista em termos do recorte racial. Nessa direção, observaram Miro e Suliano (2009) que no Ceará, em 2006, os homens negros ganhavam um

salário/hora médio que representava em 65% menos daquele auferido por homens brancos. A situação fica ainda pior quando se trata da mulher negra, cuja remuneração cai para 38% do salário/hora do homem branco, consideradas as mesmas dotações de capital humano para todos esses segmentos.

Rodrigues, Gomes e Rocha (2012, p.12) investigaram o comportamento do Índice de Desenvolvimento da Família (IDF⁹), em 1991 e 2000, para quatro grupos demográficos - famílias chefiadas por mulheres, famílias negras, famílias compostas por idosos e por crianças - na participação do desenvolvimento do Ceará. Os dados dão conta de que as famílias negras são o único grupo que obteve os índices sintéticos de todas as dimensões inferiores aos indicadores do estado, em especial, nos itens de *Acesso ao Conhecimento, Disponibilidade de Recursos e Condições Habitacionais*, que apresentaram valores abaixo dos estaduais (cerca de 0,10).

Em Fortaleza, a visibilidade desta população é tão mais evidente nos territórios de baixos Índices de Desenvolvimento Humano (IDH), como Grande Bom Jardim, Grande Pirambu e Messejana, que, via de regra, são bairros onde se concentram grande densidade populacional, maior precariedade de serviços públicos, menos oportunidades de trabalho e renda, e, portanto, marcados pela alta vulnerabilidade social.

Portanto, a pobreza e a miséria em Fortaleza, assim como na Região Nordeste e no Brasil, possuem cor e localização: é negra e está situada na periferia da cidade, confirmando o que as pesquisas apontam quanto à histórica discriminação do acesso ao emprego e renda dos quais é vítima a população afrodescendente¹⁰.

Por outro lado, as pesquisas de amostra domiciliar (PNAD) de 1999 e 2009 detectaram o crescimento de 6% das autodeclarações da população como “negros”, um aumento considerável da população negra economicamente ativa (cresceu 58,3%) e da renda média do negro que subiu 29,3%. Tais dados demonstram a ascensão social e aumento da autoestima,

repercutindo positivamente no comportamento e no consumo, conforme observa Salles (2011). Reforçando essa tendência, as políticas redistributivistas, como o Programa Bolsa Família e ganhos reais do salário mínimo, estão na base dessa ascensão. Consequentemente, as necessidades de criação de linhas de produtos específicos para este segmento afrodescendente vêm se constituindo em novos nichos de mercado.

Retomando a linha do tempo, em novembro de 2010, a Coppir realizou o *II Seminário da Economia do Negro*, agora já com o objetivo de discutir as potencialidades e possibilidades de construção de empreendimentos produtivos e ações concretas de trabalho e renda da população afrodescendente. Ou seja, este evento focou, positivamente, nas ações concretas de reconhecimento, visibilidade e fortalecimento de empreendimentos produtivos da população negra, enquanto estratégia afirmativa e autogestionária para a solução dos problemas de acesso de afrodescendentes. E, para fazer tal discussão, foram mobilizados cerca de 60 empreendedores afrodescendentes, contando com a participação do Presidente da Associação Nacional dos Coletivos de Empresários e Empreendedores Afro Brasileiros (ANCEABRA) e de um técnico afrodescendente do Banco do Nordeste (BNB).

Um dos principais resultados deste II Seminário foi o mapeamento das dinâmicas produtivas e comunitárias ali representadas, por meio da aplicação de um instrumento de coleta de dados (Matriz Lógica dos Empreendimentos), constituído por variáveis econômicas, tais como: principais produtos, matéria-prima, mão de obra, mercado e necessidades de investimentos. Foram mapeados 13 (treze) empreendimentos, agrupados em 05 (cinco) grupos de atividades, a saber: cultura, beleza negra, artesanato, comunicação e reciclagem. Esses grupos vieram a se constituir nos pilares do Fórum da Economia do Negro, e atuais protagonistas do Fundo Rotativo Solidário.

2.2. A institucionalização do Fórum da Economia do Negro e o papel do Comitê Gestor

A partir do II Seminário (2010), as reuniões dos representantes dos empreendimentos, entidades de apoio e gestores públicos transformam-se num espaço institucional de articulação de interesses da sociedade civil e Estado com ênfase na população afrodescendente, buscando uma ação integrada entre a gestão pública municipal e a sociedade civil organizada. Esse espaço passou a ser reconhecido como Fórum da Economia do Negro. Tal Fórum adotou como princípios fundantes as mesmas categorias filosóficas do movimento da economia solidária - cooperação, solidariedade e gestão democrática - como diretrizes para a formação e integração das redes produtivas de recorte racial, cuja finalidade fosse a valorização da identidade afrodescendente, afrobrasileira e afrocearense.

Como eixo político, o Fórum reconhece a contemporaneidade do trabalho autogestionário. Assim, com o intuito de criar uma rede de trabalhadores mutuamente relacionados, valorizando e fortalecendo as vocações e particularidades locais, regionais e nacionais, o Fórum leva em conta os saberes e culturas populares, a história das comunidades, das etnias e de suas raízes, bem como a plena incorporação das mulheres ou jovens, em igualdade de condições na vida política, econômica e cultural do país, como pressuposto fundamental para superar as desigualdades que ainda hoje persistem, e garantir um desenvolvimento sustentável e equitativo para todas as camadas da população.

Assim, o objetivo central do Fórum é promover diálogos sobre os processos produtivos, financiamento e construção de mercados de bens e produtos para os projetos, empreendimentos e ações concretas, incidentes sobre as cadeias produtivas contempladas pelo protagonismo da população negra.

Em termos quantitativos, são mais de

170 pessoas diretamente envolvidas com os objetivos do Fórum, cujos grupos produtivos são formados por associações, pequenas empresas e empreendedores individuais, conforme mapeado na Tabela 02, abaixo.

Tabela 02 – Composição do Fórum da Economia do Negro

Composição	Nº de ocorrências	Nº de participantes
A) Empreendimentos	52	153
Grupos Produtivos	13	100
Pequenas Empresas	06	10
Empreendedores Individuais	03	03
Associações	30	40
B) Entidades de Apoio	08	10
C) Entidades Governamentais	02	08
Total	62	171

Fonte: SDH/COPPIR - Fortaleza 2011

Esse contingente de empreendedores afrodescendentes e seus apoiadores instituíram, no mês de maio de 2011, uma Coordenação Coletiva para lidar especificamente com o Fórum da Economia do Negro¹¹. Com a Coordenação, foram incrementadas diversas atividades, como: palestras, formação de grupos produtivos solidários, participação em Feiras da Economia Solidária, criação da logomarca do Fórum (pelo grupo produtivo Web Negro), o Hino Economia do Negro (pelo grupo produtivo Cia Bate Palmas) e a iniciativa para a fundação do Instituto do Negro.

Enfim, esse protagonismo local se dá a partir da reunião de vários atores para discutir a participação da população negra no mercado de trabalho e setores de serviços como empreendedores coletivos, apostando num caminho de mudanças, junto com seus apoiadores.

3. Fundo Rotativo Solidário do Fórum da Economia do Negro de Fortaleza

Outra importante decisão do II Seminário foi a criação de um Fundo Rotativo Solidário

para financiar os empreendimentos do Fórum da Economia do Negro. Durante março e abril/2011, o Fórum pautou um intenso debate sobre financiamento, com o apoio técnico do Escritório Técnico de Estudos Econômicos do Nordeste (Etene), do Banco do Nordeste, único banco que apoia com recursos públicos as experiências de Fundos Rotativos.

Desse debate, ficou a compreensão de que a metodologia do Fundo Rotativo Solidário está assentada no apoio financeiro às atividades produtivas de caráter associativo, mediante compromissos devolutivos voluntários, gerenciados por organizações sem fins lucrativos, considerando formas flexíveis de retorno monetário ou de equivalência por produto ou serviços, dirigidas para o atendimento de comunidades ou grupos comunitários que adotem princípios de participação e convivência solidária.

O Fundo oferece um pacote integrado de serviços para ajudar seus participantes a iniciarem e/ou fortalecerem um empreendimento produtivo e coletivo: um financiamento inicial não reembolsável para investimentos fixos, capacitação, assessoria técnica e apoio na comercialização dos produtos. O objetivo é fortalecer as organizações produtivas solidárias da população negra vinculadas ao Fórum Economia do Negro, por meio de um processo pedagógico de emancipação e organização comunitária.

O prazo para implementação do projeto foi estipulado em 18 meses, com a meta de apoiar 13 grupos produtivos solidários participantes do Fórum da Economia do Negro, envolvendo, diretamente, 100 componentes e, pelo menos, 90 famílias, indiretamente. Além disso, o projeto prevê recursos para acompanhamento dos grupos.

3.1. Metodologia e dinâmica do FRS do Fórum da Economia do Negro

O Fundo Rotativo Solidário é a

metodologia que orienta as ações do Programa de Apoio a Projetos Produtivos Solidários (PAPPS), cuja finalidade é apoiar financeiramente os empreendimentos de economia solidária com recursos não reembolsáveis, oriundos de parcela do lucro do Banco do Nordeste do Brasil¹². O FRS é uma prática ancestral das comunidades camponesas no Nordeste, baseada na dimensão comunitária da reciprocidade, da dádiva e da moralidade, presentes, também, nos movimentos associativos.

Por meio dos fundos rotativos solidários investem-se recursos na comunidade, mediante empréstimos com prazos e reembolsos mais flexíveis e mais adaptados às condições socioeconômicas das famílias empobrecidas. Com isso, o financiamento é mais barato e mais acessível para os projetos apoiados, favorecendo o acesso mais democrático e solidário ao crédito, e estimulando o desenvolvimento local. (GUSSI; SANTOS FILHO; ALMEIDA, 2011, p. 8).

As escolhas e decisões de alocação dos Fundos Rotativos são compartilhadas por um Comitê Gestor Local, constituído por representantes dos empreendimentos e entidades de apoio, responsáveis pela efetivação das ações do Programa nas comunidades. Trata-se de uma metodologia que, na sua própria natureza, confronta a tradição do Estado de promover ações desenvolvimentistas baseadas no individualismo e na propriedade privada capitalista.

Consoante esta metodologia, os empreendimentos apoiados contribuem para o Fundo com parte do valor do financiamento inicial recebido, sem acréscimos de juros, e depositando em uma conta de poupança coletiva. O saldo acumulado para o Fundo é utilizado para financiar novos empreendimentos, conferindo sustentabilidade ao Projeto. No caso do Fórum da Economia do Negro, os empreendimentos da área cultural poderão retornar ao Fundo em serviços, com manifestações culturais gratuitas.

Contudo, para que o FRS do Fórum da Economia se consolide como ação efetiva e concreta da rede de empreendimentos locais com características afrodescendentes, foram estabelecidos alguns critérios de ação, pactuados com o BNB, parceiro e financiador:

- ✓ *Sensibilização e capacitação para a integração dos grupos solidários*, com aplicação das Oficinas para 13 empreendimentos comunitários solidários e 90 famílias participantes. As famílias, orientadas por uma equipe técnica discutiram suas atividades produtivas. O curso tratou do desenvolvimento interpessoal e grupal, das relações de solidariedade, do funcionamento e desenvolvimento de grupos (objetivos, motivação, comunicação, processo decisório, liderança, relacionamento, inovação).
- ✓ *Formação e funcionamento dos grupos solidários*, através do aprofundamento das oficinas práticas sobre FRS, economia solidária, desenvolvimento local, arranjos produtivos, plano de negócio, bem como definição do perfil do empreendimento.
- ✓ *Criação do Comitê Gestor do FRS* para apreciação e aprovação dos projetos produtivos para acessar recursos do FRS, com o objetivo de apreciar e aprovar os planos de trabalho apresentados pelos grupos, com apoio de consultor técnico contratado. O Comitê é formado pelos representantes dos 13 grupos produtivos solidários, representantes das entidades de apoio (Coppir, Pastoral Afro, Qualifica e Terra da Luz) e da entidade de fomento, o BNB.
- ✓ *Dinâmica dos grupos solidários*. A equipe técnica da entidade proponente, junto com o Comitê Gestor, executa o acompanhamento sistemático e periódico dos grupos solidários, através de visitas de assessoria técnica, mensalmente, a cada

grupo, a partir do Plano de Investimento e Apoio Financeiro e uma ficha de seguimento para aportar soluções e subsidiar as avaliações. Os grupos, também, participam de ciclos formativos, bimestralmente, com o objetivo de socializar suas dificuldades e avanços e, ao mesmo instante, programar ações, tais como a feira da economia popular e solidária da economia do negro. Serão realizados, ainda, dois seminários envolvendo todos os grupos e suas famílias para intercâmbio das experiências e para dinamizar as parcerias.

Por sua vez, o FRS terá o seguinte sistema e fluxo de funcionamento:

- ✓ *Recursos do Fundo Rotativo Solidário* estarão alocados em conta de poupança específica, com o título Fundo Rotativo Solidário da Economia do Negro/ Entidade Proponente / Comitê Gestor. A gestão dessa conta obedecerá às rubricas assumidas na solicitação do recurso, a qual define que 80 % dos recursos serão, efetivamente, destinados aos grupos produtivos solidários apresentados pelo público e metodologia acima descritos e 20% serão para o desenvolvimento do projeto (acompanhamento, capacitação, avaliação e monitoramento).
- ✓ *Os grupos assinarão Termo de Compromisso*, se comprometendo com a contribuição de um percentual (%) do recurso acessado para conta poupança coletiva, a ser definido pelo Comitê Gestor, exceto recursos para capacitação dos grupos e equipamentos usados coletivamente. Esse termo deverá ser objeto de reflexão durante os processos de capacitação, para solidificar a cultura da solidariedade.
- ✓ *O valor solicitado poderá ser dividido em até 12 parcelas*, com carência de até quatro meses, a depender do ramo de

empreendimento solidário, conforme determinação do Comitê Gestor.

3.2. Mapa dos Grupos Produtivos Solidários do FRS do Fórum da Economia do Negro

Com a aplicação da Matriz Lógica dos Empreendimentos, em novembro de 2010, foi obtido o mapeamento das dinâmicas produtivas e comunitárias da Economia do Negro, relativo aos 13 grupos produtivos agrupados nos segmentos Cultura, Beleza Negra, Artesanato, Comunicação e Reciclagem de Resíduos Sólidos. As distintas iniciativas fazem parte do Fórum Economia do Negro e, nesse espaço, dividem-se experiências de trabalhos que complementam-se reciprocamente.

Em consonância com o que afirmamos anteriormente no tocante à localização das famílias afrodescendentes na periferia de Fortaleza, também os empreendimentos do Fundo Rotativo do Fórum da Economia do Negro estão localizados, majoritariamente, nos bairros periféricos, em territórios marcados pelo baixo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), conforme podemos visualizar no quadro adiante.

Quadro 01 - Localização dos grupos produtivos nos territórios de Fortaleza

Territórios (Regionais)	Bairros de Referência	IDH	Grupos Produtivos	Atividade principal
I	Pirambu	Baixo	SOCRELP	Artesanato com reciclagem de papel
	Jardim Iracema	Baixo	Maracatu Nação Iracema	Confecção de roupas afro
	Jacarecanga	Baixo	Ateliê Gerasol	Confecção de bolsas e mantas afro
II	Praia de Iracema	Baixo	Caravana Cultural Nega Assanhada	Luthieria Design de moda afro
	Sabiaguaba	Baixo	África Nagô	Luthieria

Territórios (Regionais)	Bairros de Referência	IDH	Grupos Produtivos	Atividade principal
III	Presidente Kennedy	Baixo	Mulheres Criativas	Confecção de bonecas de pano negras e artesanato
	Henrique Jorge	Baixo	****	****
	Parque Araxá	Baixo	Grupo Afro de Mulheres Brasileiras – GAMB	Tratamento da beleza negra
IV	Serrinha	Baixo	Sem grupo	***
	Dendê	Baixo	Sem grupo	***
V	Grande Bom Jardim	Baixo	CRIART	Confecção de artesanato afro
VI	Paupina	Baixo	Ateliê Gondim	Confecção de máscaras afro com papel mache
	Conj. Palmeiras	Baixo	Cia Bate Palmas	Barraca Itinerante para divulgação e venda dos produtos afro de jovens afrodescendentes.
	Passaré	Baixo	Centro Cultural Capoeira Agua de Beber CECAB/IUNA	Confecção de berimbau e camisetas para capoeira
	Cambeba	Baixo	Web Negro-Cromosoma Criativa	Site para divulgação dos produtos e serviços dos empreendimentos da Economia do Negro
			13 grupos	

Fonte: elaboração dos autores

Por outro lado, há o exercício do aprendizado e a construção de uma nova perspectiva de processo em que a racionalidade da economia do negro vai-se completando, potencializando e adquirindo crescente coerência em difundir um espaço com características culturais específicas em consonância com os princípios fundantes da solidariedade. A seguir, breve descrição dos segmentos produtivos integrados ao Fórum da Economia do Negro:

- ✓ **Reciclagem:** o grupo de reciclagem SOCRELP trabalha com a arte de

reciclar, produzindo, a partir do lixo seco, embalagens e cartões reciclados com características afrobrasileira. Atua, também, na formação da educação da sustentabilidade socioambiental.

- ✓ **Cultura:** composto pelos empreendimentos África Nagô, Caravana Cultural, Cia Bate Palmas e CECAB-IUNA. Desenvolvem apresentações culturais voltados para fortalecimento da cultura afrobrasileira e cultura popular brasileira. Produzem, através da lutheria, instrumentos como djembre, akete, cajón, alfaia, atabaque, agogôs, ganzás, abês, repiques, berimbau e xequeres, além de confecção de roupas específicas da cultura afro.
- ✓ **Artesanato:** o Ateliê Gerasol, Ateliê Gondim, Grupo Criart e Grupo Mulheres Criativas atuam com artesanato. As participações, em sua maioria, são de mulheres que buscam autonomia econômica, compreensão política e o fortalecimento da identidade afrodescendente. Produzem bolsas para eventos, bolsas em tecido e ponto de cruz, produção de esculturas e máscaras afro-brasileiras feitas em papel machê, e ainda bonecas negras em tecidos.
- ✓ **Beleza Negra:** o GAMB produz tratamento de cabelo e estética afro e aplicação de produtos naturais de beleza. Os grupos Nega Assanhada e Nação Iracema trabalham com produção de *design* de moda baseada em traço étnico-racial, para confecção de roupas com estamparias de valorização da beleza da mulher negra.
- ✓ **Comunicação:** o grupo Web Negro-Cromosoma Criativa atua com soluções em *design* e tecnologia da informação, potencializando a visibilidade da Economia do Negro por meio de um planejamento estratégico e conceitual na criação do *site* para divulgação e comercialização dos

produtos do FRS do Fórum da Economia do Negro.

3.3. A institucionalização do Fundo Rotativo Solidário do Fórum da Economia do Negro e o papel do seu Comitê Gestor

Conforme evidenciado anteriormente, como resultado da aplicação da Matriz Lógica dos Empreendimentos, foi feito o mapeamento das dinâmicas produtivas e comunitárias da Economia do Negro relativas aos 13 grupos produtivos. Durante os meses de maio a junho/2011, foi aplicado o Plano de Investimento e Apoio Financeiro a partir do qual cada grupo elaborou seu orçamento, cujos valores variaram entre R\$ 3 mil a R\$ 7 mil reais. A Matriz e os Planos de Investimentos subsidiaram o Projeto de Parceria de Apoio Técnico e Financeiro, tendo o Centro Cultural Capoeira Água de Beber (CECAB) como proponente. Após discussão e deliberação da Assembleia Geral do Fórum, o projeto foi submetido e aprovado pelo BNB.

Em 12 de setembro de 2011, foi oficialmente lançado o Fundo Rotativo do Fórum da Economia do Negro de Fortaleza, com ampla cobertura da mídia local. O evento contou com a presença de representantes da Diretoria do Banco do Nordeste e das organizações parceiras, momento em que ocorreu a assinatura do Convênio para o repasse de recursos. Por meio desse instrumento jurídico que rege a parceria entre o Centro Cultural Capoeira Água de Beber (CECAB) e o Banco Nordeste (BNB), consta o objeto, objetivos, os papéis de cada parceiro, orçamento global, cronograma de execução e as normas e legislação que regem a parceria (Instrução Normativa 01/97 e Lei 8.666).

Concomitantemente, ocorreu a eleição e a posse do Comitê Gestor do Fundo Rotativo Solidário do Fórum da Economia do Negro, bem como a aprovação do Regimento Interno do Fundo. O Comitê Gestor foi composto por um representante de cada um dos 13 (treze) empreendimentos, por representantes das

entidades de apoio (CECAB, Terra da Luz, Pastoral Afro e ONG Qualifica), e por parceiros governamentais (BNB e SDH/Coppir) para gerenciar coletivamente o FRS Fórum da Economia do Negro.

Em reuniões posteriores, entre os meses de outubro e dezembro de 2011, o Comitê Gestor deliberou sobre os seguintes temas relativos à institucionalidade do FRS:

- ✓ *Regimento Interno do Fundo Rotativo Solidário do Fórum da Economia do Negro* - conjunto de normas e regras que regem a constituição, acesso e responsabilidades dos grupos produtivos solidários no funcionamento do FRS, inclusive as formas de contribuição para o FRS: percentual de quanto recebeu que será devolvido ao Fundo; se a contribuição será feita em dinheiro e/ou serviços e produtos, a periodicidade (semanal, mensal, anual etc).
- ✓ *Termo de Adesão e Compromisso dos Grupos Produtivos Solidários* - documento que traz acordos e compromissos estabelecidos entre os grupos produtivos e Comitê Gestor em relação à responsabilidade na execução da gestão do recurso e contribuição para o Fundo.
- ✓ *Termo de Desistência da Participação do Grupo Produtivo no Fundo Rotativo Solidário* - documento em que o grupo produtivo solidário assume publicamente que interrompe, temporária ou definitivamente, a sua participação no Fundo Rotativo Solidário, e informa a maneira que vai encerrar seus compromissos de contribuição assumidos e outras pendências junto ao coletivo.

Além destes, o Comitê Gestor instituiu alguns procedimentos burocráticos importantes, devido à experiência de gestão de eventos que relataremos na seção seguinte.

3.4. A dinâmica de funcionamento do Fundo Rotativo Solidário do Fórum da Economia do Negro

Logo em janeiro de 2012, o Fundo Rotativo iniciou uma nova fase, marcada pelo primeiro acesso aos recursos pelos grupos produtivos solidários, e, conseqüentemente, pela expectativa de se ter as primeiras contribuições para efetivar a “rotatividade” do Fundo.

Em consonância com a metodologia do FRS, uma etapa de formação e capacitação antecedeu o primeiro acesso. Em 06 de janeiro de 2012, o Comitê Gestor realizou o *I Seminário do Fundo Rotativo Solidário do Fórum da Economia do Negro*. A programação desse seminário foi dividida em dois momentos: o primeiro, mais conceitual, sobre experiências de finanças solidárias, e um segundo momento de apresentação da capacitação profissional voltada ao funcionamento e gestão do fundo rotativo solidário.

Destaca-se que estiveram presentes 80 participantes dos Grupos Solidários, além dos representantes do Banco do Nordeste, Coppir, Secretaria do Desenvolvimento Econômico (SDE) da Prefeitura de Fortaleza; e Governo do Estado, representado pela Coordenadoria de Economia Solidária da Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social (STDS). A representação da sociedade civil se deu através da Pastoral Afro, Rede Cearense de Economia Solidária e Comitê Gestor Nacional de Fundos Rotativos Solidários.

Em seguida ao I Seminário do FRS, foi realizada, entre os dias 16 e 26 de janeiro, a capacitação de duas turmas de líderes dos grupos produtivos. A coordenação dos cursos foi feita pela ONG Qualifica, entidade de apoio componente do Comitê Gestor. O conteúdo programático priorizou os aspectos de gestão e negócios dos grupos, conforme registros: 1) construção do Painel “Faço Parte” e dinâmica de apresentação do negócio: construção do Painel “Mundo de Negócios”; 2) avaliação de negócios, avaliação dos empreendimentos; 3) pesquisa

de mercado, elaboração de questionários de pesquisa de mercado; 4) plano de negócios, tabulação de dados de pesquisa de mercado e reformulação prática do plano de investimento; 5) prestação de contas de empreendimento, definição de prioridades de compras de acordo com o plano de investimento, construção de agenda para assinatura de termo de compromisso e recebimento do crédito, construção de agenda de compras solidárias.

A culminância do processo de formação se deu com a entrega de diploma do Comitê Gestor e outras homenagens, no dia 09 de fevereiro, como parte de um evento do CECAB, que apresentava várias de suas atividades. Os diplomas foram entregues por autoridades, inclusive por um representante da Diretoria do BNB. Destaca-se, contudo, que a capacitação e a diplomação foram elementos simbólicos de repercussão positiva na autoestima e estímulo para os empreendedores solidários.

Antes do passo final do acesso aos recursos do Fundo, o Comitê Gestor ainda coordenou os últimos acordos econômico-financeiros com os Grupos. No dia 25 de janeiro, foi realizada uma reunião extraordinária que deliberou o seguinte: 1) acesso de 100% do valor do recurso orçado no Plano de Investimento; 2) o período de 45 dias para os grupos prestarem conta dos créditos recebidos junto ao CECAB; 3) definição de porcentagem de contribuição ao Fundo em 50% do valor total em dinheiro, 25% em produto, 25% em serviços; e 4) definição de contribuição em 18 parcelas para o Fundo, com carência de 06 (seis) meses;

Além disso, foi acertado um calendário para o acompanhamento de um Agente de Mobilização nas compras coletivas. Ao final, foi estabelecido um cronograma de visitas aos grupos, no período de 12 de março a 05 de abril de 2012.

Finalmente, no dia 16 de fevereiro foi realizada a entrega dos cheques aos grupos produtivos solidários do Fundo Rotativo Solidário do Fórum da Economia do Negro, na sede da entidade Qualifica. Com o aval de representantes

do Comitê Gestor foram feitas assinaturas do Termo de Adesão e Compromisso e Planos de Investimentos atualizados. Cada representante de Grupo ficou responsável por providenciar a assinatura do *Recibo de Acesso Financeiro do FRS*¹³ (contendo nome, CPF, identidade, endereço e valor recebido).

Ainda do ponto de vista da formalização da prática do FRS, o Comitê Gestor ficou responsável pela abertura de uma conta de poupança junto à Agência do BNB mais próxima, com o nome Fundo Rotativo Solidário / Comitê Gestor / Entidade conveniente. Essa conta de poupança será o próprio Fundo Rotativo Solidário. Os depósitos serão feitos pelos Grupos Produtivos, de acordo com as regras de devoluções definidas no Regimento Interno e Termo de Compromisso. Da mesma forma, as retiradas serão feitas pelos titulares nomeados pelo Comitê Gestor e a entidade conveniente. A coordenação, controle e a prestação de contas da conta de poupança serão de responsabilidade do Comitê Gestor.

Por fim, é relevante salientar que Fortaleza é a primeira cidade a organizar um Fórum para discutir o desenvolvimento econômico e social de seus territórios a partir do recorte racial, adotando como princípio organizativo a economia solidária. Por conta disto, o lançamento do Fundo Rotativo Solidário teve grande repercussão na mídia local, nacional e internacional, com 397 entradas na Internet e cobertura de quatro emissoras de televisão e vários jornais e periódicos.

4. Dilemas e potencialidades da gestão social do desenvolvimento baseado na Economia Solidária com recorte étnico-racial

4.1. Sobre a gestão social de políticas públicas econômicas e sociais integradas

Um olhar sobre a experiência aqui relatada possibilita afirmar que a incorporação da gestão social no desenho e metodologia implica que o papel atribuído aos Fundos não seja apenas o de prover o crédito (o que estaria

de acordo com a lógica financeira tradicional e/ou uma lógica clientelista tradicional), mas sim, exercitar um diálogo político-pedagógico em que os participantes se apropriem dos circuitos financeiros, apontando para a emancipação a partir da lógica da solidariedade (GUSSI; SANTOS FILHO; ALMEIDA, 2011).

Entretanto, com base em tal experiência, a potencialidade expressada na construção do Fórum da Economia do Negro assemelha-se a uma espécie de “incubadora de empreendimentos”. Ou seja, sem esse espaço de aprendizado, de capacitação *in situ*, não teria sido viável a convergência entre interesses da Sociedade Civil e Estado. Pensando nisso à luz da gestão social, quais elementos prevalecem nas tomadas de decisão: as hierarquias ou os acordos cooperativos? Como é possível estabelecer alianças estratégicas sem perder a autonomia tão característica dos movimentos sociais?

Ainda com base nos relatos do caso da FRS do Fórum da Economia do Negro, há o componente da exclusão histórica em função do modo como se deu a inserção do segmento na sociedade. Então, há um duplo esforço que, necessariamente, tem que ser conjugado a disputa no campo do acesso aos bens e serviços, com a disputa no campo dos direitos de cidadania, seja no recorte étnico-racial, no recorte de gênero e/ou geracional. Evidentemente que, em se tratando de disputas, são campos de conflitos, nos quais a gestão social poderá apontar rumos.

O resgate da trajetória do FRS do Fórum da Economia do Negro nos mostra, por um lado, os principais dilemas enfrentados no dia a dia do Fundo e, por outro, a possibilidade de, através do aprendizado, da cooperação e da solidariedade, agregar ganhos de eficiência aos recursos assim mobilizados.

4.2. Sobre a integração de políticas sob a égide da gestão social: a racionalidade burocrática x utopia comunitária

Conforme mencionado anteriormente, os

Fundos Rotativos Solidários são instrumentos de finanças solidárias direcionadas às comunidades que, idealmente, praticam a autogestão dos referidos fundos, formando uma poupança voluntária e que decidem (re)investir parte desta em prol da própria comunidade. Os recursos circulam na própria comunidade e a reposição desses fundos obedece a uma lógica da solidariedade baseada nas regras tradicionais de reciprocidade.

Então, um dos desafios de uma ação de fomento, como a do Projeto PAPPs, é compatibilizar a dinâmica das maneiras de agir e decidir, alocar e poupar dos movimentos sociais, em especial, o de economia solidária, confrontada com as normas e regramentos impessoais, imposta pela adesão à política pública.

Neste sentido, os dados da experiência aqui sistematizados suscitam reflexões sobre a necessidade de institucionalização dos procedimentos do FRS levados a cabo pelo Comitê Gestor. Tal processo traz à tona uma tensão entre “regulação” e “emancipação” na qual o pilar da regulação (leia-se o Estado) tende a sugar as energias emancipatórias das experiências, burocratizando-as, conforme esquema analítico de Boaventura de Sousa Santos (2009). Contudo, inferimos que o excesso de informalidade também pode constituir numa ameaça à sustentabilidade da experiência.

Note-se que regulação e emancipação vinculam-se de forma extremamente complexa, pois, ao mesmo tempo em que se constituem em “pilares” distintos de funcionamento do tripé Estado-Sociedade-Mercado, estão fortemente imbricados e, no caso do fomento aos Fundos Rotativos, corporificam a tensão entre o “autofinanciamento” e a dependência de repasses de fundos públicos. Daí a importância de desenvolver mecanismos de gestão social capazes de promover sintonia entre as partes.

4.3. Identidade, direitos e cidadania

Enfim, os resultados e impactos da experiência do Programa de Apoio aos Projetos Produtivos Solidários, no caso do FRS da Economia do Negro, deverão ser examinados não somente pela ótica da melhoria do acesso aos bens econômicos e das condições de vida das pessoas nas comunidades. Os indicadores (qualitativos) devem capturar as incidências do Programa sobre as relações solidárias e a própria sociabilidade na comunidade. Portanto, a questão central é verificar de que forma os FRS vêm permitindo ressignificações nas relações entre as pessoas e entre estas e o Estado.

O empoderamento que se percebe nos relatos das vivências nas mobilizações, reuniões, discussões, eventos e exposições dos participantes do FRS, desde os primeiros movimentos que constituíram o Fórum da Economia do Negro, permite apostar numa hipótese de que identidades estão sendo constituídas e reconstruídas a partir do orgulho do pertencimento à etnia afrodescendente. E, neste sentido, se desperta para direitos de cidadania até então adormecidos, como o direito ao trabalho coletivo e autogestionário.

Complementarmente, conclui-se que é preciso que as políticas voltadas para promoção de melhorias das condições de vida das populações levem em consideração fatores como sexo, raça, idade e as dimensões específicas em que se apresentam mais carentes, conforme chamam atenção Rodrigues, Gomes e Rocha (2012).

Portanto, o processo de apoio à ação política de fomento do crescimento econômico e social com base no recorte étnico-racial, com foco na população negra e nos princípios de redes de socioeconomia solidária, permite considerar que a Economia do Negro indica uma nova lógica de desenvolvimento sustentável, com geração de trabalho e renda, mediante o crescimento econômico, político, social e cultural compartilhado pelos integrantes, considerando toda a diversidade da população.

Referências

ABRAMOVAY, R. Finanças de proximidade e desenvolvimento territorial no semi-árido brasileiro. In: COSSÍO, Maurício B. (Org.). **Estrutura agrária, mercado de trabalho e pobreza rural no Brasil**. Rio de Janeiro: IPEA, 2003.

BERTUCCI, Ademar; SILVA, Roberto M. **Vinte anos de Economia Popular Solidária: a trajetória da Cáritas Brasileira – dos PAC à EPS**. Brasília: Cáritas Brasileira, 2003.

BOURDIEU, Pierre. Introdução a uma sociologia reflexiva. In: **O poder simbólico**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999. p. 59-73.

BNB/ETENE. Aviso BNB/ETENE/SENAES/MDS – 2008/01 **“Programa de Apoio a Projetos Produtivos Solidários”**. Fortaleza: BNB, 2008.

_____. **Manual de orientações gerais para celebração de convênios e prestação de contas**. Disponível em: <http://www.bnb.gov.br/content/aplicacao/sobre_nordeste/fundeci/docs/fundeci_manual_orientacao_prestacao_contas_abril_2012.pdf> Acesso em: 10 nov. 2012.

BRASIL. Lei 8666 de 21 de junho de 1993. Regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8666cons.htm> Acesso em: 02 nov. 2012.

CAMPANTE, Filipe R; CRESPO Anna R. V.; LEITE, Phillippe G. P. G. Desigualdade salarial entre raças no mercado de trabalho urbano brasileiro: aspectos regionais. **Revista Brasileira de Economia**, Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, v. 58, n. 2, p. 185-210, abr./jun. 2004.

DOWBOR, Ladislau. **Democracia econômica – alternativas de gestão social**. Petrópolis: Vozes, 2008.

FRANÇA FILHO, G. C. Gestão social: um conceito

em construção. In: COLÓQUIO INTERNACIONAL SOBRE PODER LOCAL, n.do evento, 2003, Salvador. **Anais...** Salvador: NEPOL, 2003.

GUSSI, Alcides; SANTOS FILHO; Claricio, ALMEIDA, Gláucia F. B. A experiência de fomento público a Fundos Rotativos Solidários no Nordeste: o caso da Rede Bodega. In: ENCONTRO INTERNACIONAL DE FINANÇAS SOLIDÁRIAS, 6., 2011, São Paulo. **Anais...** São Paulo: NESOL/USP, 2011.

IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio-PNAD.** Brasília-DF, 2009.

MIRO, Vitor H.; SULIANO, Daniel C. **Discriminação de rendimentos por gênero e raça a partir de realidades sócio-econômicas distintas.** Fortaleza: IPECE, 2009.

PAIVA, Victoria R. A. **Mulheres, trabalho e cidadania:** a construção de significados numa lógica solidária de inclusão - a experiência da Incubadora Feminina da Associação de Moradores do Conjunto Palmeiras. Fortaleza: UFC. 2006. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2006.

ROCHA, Silvio Luís Ferreira. **Terceiro setor.** São Paulo: Malheiros, 2003.

RODRIGUES, Lora A.; GOMES, Marília F. M. ROCHA, Luís E. V. **Nível de desenvolvimento das famílias cearenses por grupos demográficos nos anos de 1991 e 2000.** Fortaleza: no prelo. 2012.

SALLES, Johnson. **O negro na economia criativa.** Apresentação feita no Fórum da Economia do Negro, Fortaleza: cópia xerox. 2011.

SEMINÁRIO ECONOMIA DO NEGRO, 2., 2011., Fortaleza. **Anais...** Fortaleza: Coordenadoria de Promoção de Políticas de Igualdade Racial da Secretaria de Direitos Humanos do Município de Fortaleza e, 2011.

SINGER, Paul. **Introdução à economia solidária.** São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo, 2003.

SOUSA SANTOS, Boaventura de. **Crítica da razão indolente** – contra o desperdício da experiência. São Paulo: Cortez Ed., 2009.

STIGLITZ, Joseph E.; WEISS, Andrew. Credit rationing in markets with imperfect information. **The American Economics Review**, v. 71, n. 3, p. 393-410, jun. 1981.

VAN VELSEN, J. A análise situacional e o método do estudo de caso detalhado. In: FELDMAN, B. (Org). **Antropologia das sociedades contemporâneas:** métodos. São Paulo: Global Editora. 2010. p. 437-468.

Notas

1 O campo das finanças solidárias é constituído pelos seguintes instrumentos de economia solidária: fundos rotativos solidários, bancos comunitários e moedas sociais. O Banco Palmas, de Fortaleza, é uma entidade que atua com bancos comunitários e moedas sociais.

2 O Banco do Nordeste do Brasil S/A (BNB) é um banco de desenvolvimento criado pela Lei Federal nº 1.649, de 19.07.1952, e funciona como uma instituição financeira múltipla, organizada sob forma de sociedade de economia mista, de capital aberto, tendo mais de 94% de seu capital sob o controle do Governo Federal. A missão do Banco é atuar, na capacidade de instituição financeira pública, como agente catalisador do desenvolvimento sustentável do Nordeste, integrando-o na dinâmica da economia nacional – www.bnb.gov.br.

3 A Secretaria Nacional de Economia Solidária foi criada no âmbito do Ministério do Trabalho e Emprego com a publicação da Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, e instituída pelo Decreto nº 4.764, de 24 de junho de 2003, fruto da proposição da sociedade civil e da decisão do Presidente Luís Inácio Lula da Silva. Em consonância com a missão do Ministério do Trabalho e Emprego, tem o objetivo de viabilizar e coordenar atividades de apoio à Economia Solidária em todo o território nacional, visando à geração de trabalho e renda, à inclusão social e à promoção do desenvolvimento justo e solidário.

4 A Coordenadoria de Política de Promoção da Igualdade Racial (COPPIR), criada em 2008, é um

órgão da Secretaria de Direitos Humanos (SDH) da Prefeitura Municipal de Fortaleza (PMF), cuja finalidade é desenvolver políticas voltadas para a questão étnico-racial, como forma de garantir direitos, políticas públicas para as populações historicamente discriminadas, com ênfase na população negra, por meio da transversalidade, intersetorialidade e gestão democrática dos programas, projetos e ações da gestão pública municipal.

5 O termo fomento, de acordo com Silvio Luis Ferreira da Rocha (2003, p.19), designa: “uma atividade do Estado de estímulo, incremento, incentivo de atividade particular que seja de interesse público, sem coação para o seu exercício, já que nascida no seio da sociedade. O fomento econômico funciona com outorga de vantagens patrimoniais aos particulares mediante benefícios reais (prestação ou doação de coisas ou serviços da Administração aos particulares) ou financeiros (transferência direta ou indireta de pecúnia através de privação de receita). Os convênios, contratos de gestão e termos de parceria são instrumentos de fomento econômico”.

6 Utilizamos a noção de gestão social tendo como referência o sentido que lhe é atribuído por França Filho (2003), qual seja, “um modo de gestão próprio às organizações, atuando num circuito que não é originariamente aquele do mercado e do Estado, muito embora estas organizações entrettenham, em grande parte dos casos, relações com instituições privadas e públicas, através de variadas formas de parcerias para consecução de projetos. Este é o espaço próprio da chamada sociedade civil, portanto, uma esfera pública de ação que não é estatal”. Ressalta ainda o autor que “o termo gestão social vem sugerir desse modo que, para além do Estado, a gestão das demandas e necessidades do social pode se dar via a própria sociedade, através das suas mais diversas formas e mecanismos de auto-organização, especialmente o fenômeno associativo” (FRANÇA FILHO, 2003, p. 05).

7 O Seminário Internacional de Microfinanças, um evento realizado no Sebrae/Ce, em setembro de 2002, com tema central “As melhores práticas na busca da auto-suficiência”, reuniu experiências apoiadas pelo CrediAmigo, do Banco do Nordeste, Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB), entidades da Cooperação Internacional e “experimentos” vinculados aos movimentos sociais rurais e urbanos, como o Sistema de Cooperativas de Crédito e Economia Solidária (Sistema Ecosol), criado com apoio da Agência de Desenvolvimento Solidário da CUT, e o

Sistema de Crédito Solidário para Agricultura Familiar (CRESOL), da região Sul do país.

8 Evento ocorrido no BNB Passaré, no período de 03 a 05 de maio de 2010, e que definiu as propostas para serem apreciadas na II Conferência Nacional da Economia Solidária, em Brasília, em junho de 2010.

9 Segundo os autores, este Índice de Desenvolvimento das Famílias (IDF) é composto por seis dimensões (Ausência de Vulnerabilidade, Acesso ao Conhecimento, Acesso ao Trabalho, Disponibilidade de Recursos, Desenvolvimento Infantil e Condições Habitacionais) e é obtido pela média aritmética dos indicadores sintéticos das dimensões que o compõem. (RODRIGUES; GOMES; ROCHA, 2012, p.1).

10 Segundo Rodrigues, Gomes e Rocha (2012, p. 2), “em se tratando dos negros, constata-se que eles se deparam com diferenças nas oportunidades e são vítimas de preconceitos. Vale lembrar que a economia brasileira foi inicialmente construída com base no trabalho do escravo negro, o que levou à sua inserção tardia como cidadão na sociedade. De fato, em pleno início do século XXI, sua consolidação ainda não é completa. Campante, Crespo e Leite (2004), ao analisarem dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD, 1996), constataram que as pessoas que se declaram brancos no Nordeste têm uma média de anos de estudos 69% maior do que os pretos/pardos, enquanto no Sudeste esta taxa diminui para 41%. Este diferencial de escolaridade é refletido no mercado de trabalho, com os trabalhadores brancos do Nordeste recebendo em média rendimentos 95% superiores ao salário médio dos pretos/pardos, enquanto no Sudeste o diferencial sobe para 100%”.

11 Esta Coordenação é composta por um Coordenador Geral, dois Coordenadores de Comunicação, seis Coordenadores de Mobilização e três Coordenadores Técnicos, eleitos entre os próprios empreendedores e entidades de apoio e fomento.

12 O PAPPS é um programa de finanças solidárias de caráter antecipatório de uma política nacional de apoio à economia solidária, que adotou a metodologia dos Fundos Rotativos Solidários, e que foi criado em 2005, como resultado de uma articulação da Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES) e o Banco do Nordeste do Brasil (BNB), Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES) e outras grandes redes do movimento de economia solidária. (GUSSI; SANTOS FILHO e ALMEIDA, 2011).